

O ZAMBEZE

Volume 6 no 2

Circulação transfronteiriça de pessoas – definindo o momento para a bacia do rio Zambeze

por Clever Mafuta

O protocolo recentemente assinado sobre a facilitação da circulação transfronteiriça de pessoas na região da SADC tem muito para oferecer à bacia do rio Zambeze onde as comunidades compartilham recursos, valores culturais, liderança tradicional, oportunidades económicas e línguas.

O protocolo, que tem como premissa o argumento de que o processo de construção da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) só será possível quando os cidadãos desta região puderem gozar da livre circulação através das fronteiras, foi assinado na Cimeira das bodas de prata da SADC em Gaborone em agosto de 2005.

O novo Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, numa entrevista exclusiva à SADC Hoje, advertiu que a circulação de pessoas deve ser contextualizada e deve corresponder aos estágios de integração regional e ao nível do desenvolvimento dos Estados membro. “Nós precisamos estar claros sobre as nossas prioridades, políticas e estratégias”, afirmou.

O protocolo é particularmente significativo para o Zambeze porque esta é a bacia mais compartilhada na África Austral, passando por oito dos 12 Estados membro continentais da SADC. Os países que compartilham os 1,4 milhão Km² da bacia do Zambeze são Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

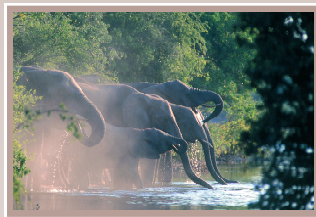
As fronteiras políticas delineadas na conferência de Berlim em 1884/85 restringem a circulação de pessoas, fragmentando sociedades historicamente unidas por antepassados comuns, liderança tradicional, cultura e línguas.

As comunidades, particularmente os povos Tonga, foram separados mais pela construção da barragem de Kariba há mais de 50 anos, tendo por resultado a divisão das comunidades Tonga que vivem em Zimbabwe e em Zâmbia.

A comunicação dentro da comunidade Tonga foi restringida, embora a cultura compartilhada fosse preservada, assim como o estilo de liderança, a música e a dança tradicionais. Similarmente, o grupo étnico Lwena compartilha da mesma língua e valores culturais embora vivendo em Angola e em Zâmbia, enquanto os povos falantes de Chi-Chewa vivem em Malawi, em Moçambique, em Zâmbia e em Zimbabwe.

Os Lwena adquiriram seu nome do rio Luena, um tributário do Zambeze. No distrito do noroeste da Zâmbia são também conhecidos como os Lovale.

continua na página 3



O *Zambeze* é publicado três vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa – Centro de Pesquisa Ambiental para a África Austral Musokotwane (SARDC-IMERCSA) através duma parceria com a SADC, IUCN, ZRA, Asdi e Centros Nacionais de Colaboração em todos os Estados da bacia.

O boletim é publicado sob o Projecto do Relatório do Estado do Ambiente na Bacia do Zambeze (SOE Zambeze). O objectivo do projecto é informar as pessoas sobre o estado do meio ambiente na bacia e promover boas práticas ambientais na região da SADC.

Os parceiros do SOE Zambeze agradecem o Programa de Acção do Zambeze 6 fase II (ZACPRO) por financiar o projecto.

Equipe Editorial

Leonissah Munjoma, Clever Mafuta,
Bayano Vally, Phyllis Johnson, Eglene Tauya, Ronald Chawatawa, Wilson Yule, Patricia Munemo, Tigere Chaguta, Admire Ndhlovu

Centros Nacionais de Colaboração (NCCs)

Development Workshop, Angola;
Forum for Sustainable Agriculture, Botswana;
Coordination Unit for the Rehabilitation of the Environment, Malawi; Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze (GPZ), Mozambique; Integrated Rural Development and Nature Conservation, Namibia; National Environment Management Council, and Tanzania Gender Networking Programme, Tanzania; Environment Council of Zambia; and Campfire Association, Zimbabwe.

Tradução

Figueiredo Araújo

Composição e Maquetização

Tonely Ngwenya
Arnoldina Chironda

Coordenação da produção

Eunice Kadiki

Fotos e Ilustrações

p3, R Chawatawa SARDC, p6,
SARDC; p4, *Majority World*; p7, L Munjoma

Organização e Impressão

DS Print Media

© SARDC, 2005

São bem-vindas contribuições individuais e das organizações dentro e fora da região da SADC sob forma de artigos, notícia e comentários. O editor reserva-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos bem como editá-los considerando questões de espaço disponível.

Correspondências, cartas ao editor e outros materiais devem ser enviados para o seguinte endereço:

The Zambezi

IMERCSA, 15 Downie Avenue, Belgravia,
P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel 263-4- 791141 Fax 263-4- 791271
Email cep@sardc.net
SARDC, Rua D. Afonso Henriques, 141, Maputo
Moçambique
Internet www.sardc.net/imercsa

EDITORIAL

Como a bacia hídrica mais compartilhada na África Austral, o Zambeze fornece o meio em torno do qual a maioria dos protocolos regionais podem ser testados. Em particular, a livre circulação de pessoas pode evoluir em torno deste rio tendo em conta que este passa por oito dos 14 países da SADC.

Com a livre circulação de pessoas, o acesso à bacia rica em recursos, será realçado, resultando em melhores perspectivas de se alcançar os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

Não somente a pobreza ao nível local será reduzida através de iniciativas como cooperativas de irrigação, mas também através de iniciativas em grande escala tais como esquemas de hidroeléctricas, a conservação transfronteiriça e as actividades do turismo.

A edição anterior do *Zambeze* enfatizou a importância dos acordos, particularmente o acordo das comissões dos cursos de água do Zambeze, em impulsionar a cooperação e a integração regional. Esta linha continua nesta edição onde a facilitação da circulação de pessoas através das fronteiras é vista como o ímpeto para se operacionalizar todos os restantes protocolos e acordos regionais.

O protocolo sobre a facilitação da circulação de pessoas através das fronteiras, que foi assinado pela metade dos 14 Estados membro da SADC durante a Cimeira das bodas de prata da SADC em Agosto de 2005, realizada em Gaborone, Botswana, é crítico aos processos de cooperação, de interligação e integração na África Austral. A livre circulação dos povos através das fronteiras nacionais é crucial para a promoção do diálogo entre nações e povos, bem como para realçar a participação e a interacção para o desenvolvimento de estratégias de gestão integrada de recursos naturais.

Algumas actividades em curso que demonstram iniciativas regionais de integração na bacia do rio Zambeze incluem os quatro projectos angulares planeados, que cobrem as pontas da fronteira da Zâmbia, do Zimbabwe, do Botswana e da Namíbia, e o projecto transfronteiriço de conservação da Zâmbia, Zimbabwe e Moçambique.

A cooperação regional está sendo demonstrada também no sector de energia onde os esforços estão sendo dirigidos para evitar uma antecipada escassez de energia em 2007. A bacia tem o potencial para gerar 1.000 megawatts adicionais que possam impulsionar as fontes de energia da região através do pool de energia da África Austral (Southern African Power Pool - SAPP).

As propostas iniciativas de construção de hidroeléctricas na bacia incluem o M'panda Uncua, Itezhi Tezhi, Batoka e os projectos de Kafue.

Os esforços para a integração regional enraizaram-se no protocolo sobre cursos de água compartilhados da SADC, que foi revisto em 2000 e entrou em vigor em 2003. Este dá ênfase a cooperação estreita para a gestão sustentável e coordenada, a protecção e o uso de cursos de água compartilhados, e o avanço da agenda da SADC de integração regional e de erradicação da pobreza.

Na bacia do Zambeze o protocolo sobre cursos de água é apoiado pelo Acordo Multilateral da Comissão de Cursos de Água do Zambeze. Nas actividades em terra as sustentações do acordo são realizadas através dos comités pilotos nacionais. Tudo isto será extremamente realçado pela fácil circulação de pessoas através das fronteiras.

Realce...

Protocolo sobre a Água	3
Água e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio	4-5
Evitando a escassez de energia	6
Regando as propinas escolares	7



Recursos hídricos compartilhados críticos para a integração regional

por Clever Mafuta

A África Austral reconhece o papel que a água joga no processo da integração regional, com esforços rumo a gestão sustentável e integrada da água na região da SADC prosseguidos desde o estabelecimento do sector da água da SADC em 1996.

A percepção da necessidade dum mecanismo regional de coordenação dos recursos hídricos surgiu por causa das secas constantes, cheias ocasionais, aumento da demanda pela água, crescente competição pela água, poluição e aumento da consciencialização entre os países da região sobre a importância da gestão integrada dos recursos hídricos.

A região da SADC deu seu primeiro passo rumo ao alcance da integração do uso e gestão regional de recursos hídricos acordando no Protocolo sobre Sistemas Compartilhados de Cursos de Água em 1995. Este protocolo foi revisto em 2000. O protocolo revisto sobre Cursos de Água Compartilhados entrou em vigor em 2003.

O Protocolo da SADC sobre Sistemas Compartilhados de Cursos de Água é o primeiro instrumento legal de sempre dum sector-específico desenvolvido pela SADC. Este cria uma estrutura abrangente para a gestão das 15 bacias compartilhadas dos rios na região.

Com o protocolo revisto sobre Cursos de Água compartilhados, a região procurou maximizar os atributos da gestão compartilhada da água ao minimizar o potencial para a competição ou o conflito sobre este recurso escasso.

A gestão dos recursos hídricos é um desafio chave para a África Austral dado que a água é um factor decisivo para o desenvolvimento económico, incluindo seu papel na geração de electricidade.

O volume de fontes de energia da África Austral vem das hidroeléctricas, e há indicações que a região enfrentará escassez de fornecimento de energia em 2007 se nenhuma medida for implementada, e a gestão integrada de recursos hídricos como promovido pelo protocolo revisto em matéria de Cursos de Água compartilhados torna-se crítico.

Água e energia recaem sob a direcção de infraestruturas e serviços da SADC, que têm também a responsabilidade sobre os transportes, as comunicações e os serviços da meteorologia.

Apesar da escassez em fontes de água potável, o potencial da região em gerar a hidroenergia é enorme. Por exemplo, o rio do Congo tem potencial para 40.000 megawatts, energia suficiente para electrificar toda a África com excedentes uniformes para fornecer países europeus do sul.

A adopção pela região, em Abril de 1997, da convenção das Nações Unidas (UN) sobre a lei dos usos dos Cursos de Água Internacionais Não-navegáveis conduziu à revisão do protocolo de 1995.

As principais diferenças entre o antigo protocolo e o revisto são que o último dá ênfase aos Cursos de Água do que aos Estados com cursos de água, e apela para o estabelecimento das comissões das bacias dos rios, que foram estabelecidas para o Zambeze, o Limpopo, o Okavango e as bacias do rio Orange Senqu.

O Protocolo da SADC sobre Cursos de Água Compartilhados está sendo executado através do Plano de Acção Estratégico regional (RSAP) para a gestão integrada de recursos hídricos e o desenvolvimento.

Esta decisão para desenvolver o RSAP representa um compromisso significativo para a resposta ao desafio de fornecimento de serviços adequados de água na região e na protecção do ambiente. □

Circulação transfronteiriça de pessoas definindo o momento para a bacia do rio Zambeze

continuação da pagina 1

A bacia do rio Zambeze abunda de recursos naturais e habitats compartilhados, e alberga algumas das mais famosas áreas de conservação de fauna bravia, incluindo o parque nacional de Kameia e a reserva de Mavinga em Angola, a reserva de Caprivi na Namíbia, a área de conservação de fauna bravia Chobe em Botswana, os parques ocidentais de Lunga e de Kafue na Zâmbia, parque Nacional de Hwange e parques aquáticos de Mana em Zimbabwe, e parque do lago Malawi em Malawi.

O protocolo sobre a facilitação da circulação transfronteiriça de pessoas na SADC deverá impulsionar o comércio e o turismo regional nos Estados da bacia.

Os objectivos do protocolo são os defacilitar:

- o entrada nos Estados membro sem a necessidade de obter visto, por um período máximo de 90 dias por ano em visita de boa fé e de acordo com as leis do Estado membro;
- o residência permanente e provisória no território de um outro Estado membro; e
- o estabelecimento do indivíduo que se encontre a trabalhar no território de um outro Estado membro.

Assinado já pela metade dos 14 Estados membro da SADC, o protocolo entrará em vigor após a ratificação por dois terços dos Estados membro.

O objectivo geral do protocolo é desenvolver políticas visando a eliminação progressiva dos obstáculos a circulação de pessoas na região da SADC. Este facilitará a entrada sem necessidade de vistos para um máximo de 90 dias por ano em visitas de boa fé e de acordo com as leis do Estado membro.

Através do protocolo, os Estados membro concordaram em tornar prontamente disponíveis documentos para viagens dos seus cidadãos. Concordaram em cooperar para a harmonização de condições de viagem seja por ar, terra ou mar e aumentar e melhorar as facilidades de viagem especialmente entre fronteiras mútuas.

Já está em curso o livre movimento dos animais selvagens na bacia. Como tal, o protocolo irá apoiar iniciativas de gestão Transfronteiriças de Recursos Naturais (TBNRM) em áreas como a conservação dos animais

selvagens e a gestão integrada de recursos hídricos. O protocolo facilitará a partilha do conhecimento e das habilidades, bem como a harmonização de estratégias de conservação.

As iniciativas de TBNRM estão a ganhar cada vez mais prominência como uma abordagem holística à gestão de recursos ambientais e naturais e o desenvolvimento sustentável. Isto é resultante do facto dos ecossistemas estenderem-se através das fronteiras e soluções só poderem ser possível com o envolvimento de todos os stakeholders.

A iniciativa transfronteiriça de Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe (Zimoza) é uma das iniciativas principais de TBNRM que está sendo executada actualmente na bacia do rio Zambeze. A iniciativa está situada no distrito de Luangwa na Zâmbia e no distrito adjacente de Zumbo em Moçambique, bem como no distrito de Guruve em Zimbabwe no outro lado do rio.

Uma outra iniciativa de TBNRM é o projecto *Four Corners* localizados em torno da faixa de Caprivi, um de poucos lugares no mundo onde quatro países se encontram. Estes são Botswana, Namíbia, Zâmbia, e Zimbabwe.

Além dos recursos naturais, há muitos recursos infraestruturais compartilhados dentro da bacia do Zambeze. Estes incluem a ponte histórica das cascatas de Victória, uma importante ligação comercial e económica entre o sul (África do Sul, Botswana, e Zimbabwe) e o norte (Zâmbia e a República Democrática do Congo). A ponte é conhecida pelos saltadores de corda elástica.

O protocolo sobre a facilitação de circulação de pessoas na SADC complementa mais de 30 outros protocolos, as políticas e os acordos multilaterais que a região da SADC adoptou em um quarto de século da sua existência. Estes incluem o protocolo revisto sobre cursos de água compartilhados e o acordo da comissão dos Cursos de Água do Zambeze (ZamCom), que têm relevância directa sobre a bacia do rio Zambeze.

Enquanto o protocolo tem mais vantagens do que desvantagens, a região deve mover-se com rapidez visando harmonizar suas outras políticas e leis nacionais. Por exemplo, a estação baixa para pesca deve coincidir, e a circulação livre das pessoas deve ser bem controlada para combater o crime transfronteiriço. □



A água é crucial para que se alcancem os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

por Ronald Chawata

A água é essencial para a vida porque suporta os três pilares do desenvolvimento sustentável, nomeadamente o saber social, económico e ambiental. Devido ao seu papel crítico, a água é também central para o alcance dos oito objectivos do Desenvolvimento do milénio (ODMs).

Os recursos hídricos da bacia do rio Zambeze influenciam todos os aspectos do desenvolvimento económico e social, tanto que o desenvolvimento dos recursos hídricos da bacia numa forma integrada, pode impulsionar a segurança alimentar e de energia eléctrica, melhorar o acesso ao fornecimento de água potável e ao saneamento para a maioria da população da região, gerar emprego nos sectores do turismo e da manufactura, e melhorar o transporte da água em rios e lagos.

Dada a sua importância estratégica para o desenvolvimento sustentável, e para o alcance dos ODMs, a disponibilidade da água em quantidades suficientes e qualidade torna-se uma questão crítica.

A disponibilidade da água na bacia e em outras partes está a decrescer devido ao crescimento do número da população, a variabilidade e a mudança do clima, crescimento económico, urbanização e poluição.

De acordo com o livro *Defining and Mainstreaming Environmental Sustainability in Water Resources Management in Southern Africa*, o panorama da água dos Estados ribeirinhos da bacia do Zambeze não é dos melhores, com indicações científicas apontando que em 2025 o Malawi enfrentará escassez de água porque não tem nenhum mecanismo para extrair do volume da água do lago, enquanto Moçambique, Tanzânia e Zimbabwe irão passar por tensões relacionadas com a água. A situação em Botswana na Namíbia é encoberta por números pequenos da população e pela distância às fontes principais de água.

Como tal, a gestão de recursos hídricos tem-se transformado cada vez mais num desafio. Este desafio é agravado pelo facto de que os serviços melhorados de acesso, do fornecimento e do saneamento para os setores domésticos e industriais são pontos catalizadores para que se alcancem a maioria dos ODMs.

Dirigindo-se a 1.400 peritos da água durante o 5º simpósio mundial sobre a água, realizado na África do Sul, Buyelwa Sonjica, Ministra da África do Sul para questões da água e floresta destacou como a falta de suficiente infraestruturas afecta a gestão da água.

“As grandes represas para armazenar água, as tubulações, os trabalhos da água, o tratamento da água suja e outros tipos de infraestruturas são necessárias para a manutenção da água potável,” ela anotou.

Apesar dos desafios, os países na bacia do rio Zambeze fizeram esforços para melhorar o acesso à água e ao saneamento adequado. Central nestes esforços é o conceito da gestão integrada dos recursos hídricos (IWRM), que os países estão executando com as várias estratégias e políticas nacionais da água. Ao nível regional o protocolo revisto da SADC sobre cursos de água compartilhados apoia IWRM.

Botswana está firmemente à caminho para o alcance de parte do OMD 7 – assegurar a sustentabilidade ambiental através de esforços para facilitar o acesso universal à água potável. A proporção da população do país com acesso sustentável à água potável e segura para beber aumentou de 77 por cento em 1996 para quase 98 por cento em 2003.



A gestão dos recursos hídricos tem-se tornado cada vez mais num desafio.

O acesso à água apropriada para o consumo na Zâmbia aumentou de forma marginal de 48 por cento em 1992 para 51 por cento em 2002. O país tem um objectivo ambicioso de conseguir 74 por cento de acesso à água apropriada para o consumo até 2015.

Os ODMs estão comprometidos à erradicar a pobreza e à fome, alcançar a educação primária universal, promover a igualdade do género e o *empowerment* das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater doenças graves, melhorar a sustentabilidade ambiental, e facilitar parcerias globais para o desenvolvimento.

Como um factor principal de produção na agricultura, na indústria e nas actividades económicas que fornecem meios de subsistência para as pessoas, a água contribuirá para reduzir até metade o número das pessoas que vivem na pobreza, bem como em reduzir o número das pessoas que vivem na fome através do impulso da produção dos alimentos e da geração de renda. □

Conferência discute questões de IWRM na bacia do rio Zambeze

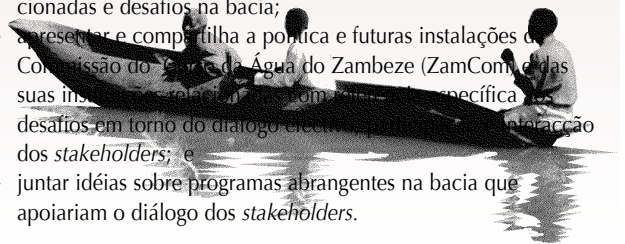
O Projecto do Plano de Acção do Zambeze 6, fase II (ZACPRO 6.2), uma iniciativa da SADC, acolherá uma conferência dos actores envolvidos e interessados (*stakeholders*) para discutir a gestão integrada de recursos hídricos na bacia do rio Zambeze.

O “diálogo dos *stakeholders*, a Iniciativa da Participação e da Interação para o desenvolvimento de uma estratégia integrada da gestão dos recursos hídricos para a bacia do rio Zambeze” procuram ganhar causa para uma estratégia eficaz que abranja uma escala maior de perspectivas.

A conferência é organizada em colaboração com o escritório regional da União Mundial para a Natureza - África Austral (IUCN-ROSA) e o Centro de Pesquisa Ambiental para a África Austral Musokotwane (IMERCSA) do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC).

Os objetivos principais da conferência em Gaborone em Dezembro são:

- ♦ consulta com os *stakeholders* e partilha de informação sobre várias iniciativas na bacia do rio Zambeze;
- ♦ identificar e discutir IWRM e outras questões relacionadas e desafios na bacia;
- ♦ apresentar e compartilhar a política e futuras instalações da Comissão do Rio da Água do Zambeze (ZamCom) e das suas instituições relacionadas com uma abordagem específica de desafios em torno do diálogo efectivo para a interação dos *stakeholders*; e
- ♦ juntar idéias sobre programas abrangentes na bacia que apoiariam o diálogo dos *stakeholders*.



Contribuição da água rumo ao alcance dos ODM

Tabela 1

ODM e as metas relevantes	Contribuição do fornecimento doméstico de água e saneamento	Contribuição duma gestão eficiente dos recursos hídricos e desenvolvimento
Pobreza reduzir para metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar americano por dia.	A segurança das condições de vida está patente na saúde das pessoas, com o doente que é menos produtivo; doenças causadas pela água imprópria para consumo e pelo saneamento inadequado que incorrem em custos de saúde e sobrecarga sobre a renda da casa; e mais tempo gasto cartando água em vez de realização de actividades geradoras de renda.	Água é um factor de produção na agricultura, indústria e outras actividades económicas que provêm melhores condições de vida. O investimento em infraestruturas de águas pode ser um catalizador para o desenvolvimento local e regional, enquanto que a redução na degradação do ecossistema e na vulnerabilidade a catástrofes relacionadas com a água tornam os sistemas de condições de vida mais seguros.
Fome Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome.	Pessoas saudáveis são mais capazes de absorver os nutrientes contidos nos alimentos, do que aqueles sofrendo com doenças relacionadas com a água, particularmente as doenças relacionadas com parasitas que tiram suas energias.	A água é um insumo directo para a agricultura, e quanto maior for o produto, mais baratos serão os alimentos, reduzindo deste modo a fome.
Ensino básico universal Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.	Melhoria de serviços de água e saneamento liberta as crianças da tarefa de cartar água, permitindo-as de ir a escola. Redução das doenças relacionadas com a água melhora a participação escolar.	Melhoria na gestão da água reduz os índices de eventos catastróficos como cheias que interrompem a participação na educação.
Igualdade de Género Progresso na igualdade de género e aumento do poder de participação e decisão (empowerment) da mulher deve ser demonstrado assegurando que as raparigas e rapazes tenham acesso igual a educação primária e secundária.	Facilidades de água e saneamento próximas de casa permite as raparigas e mulheres estudarem e participarem na escola.	Organizações de Base na Comunidade para a gestão da água podem melhorar o status social de raparigas e mulheres dando-as liderança e oportunidades de interacção e solidariedade entre elas
Mortalidade infantil Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade.	Melhoria no saneamento, fontes de água potável e maiores quantidades de água doméstica para limpeza reduz a mortalidade e morbilidade infantil, saneamento e água apropriada em cuidados de saúde, reduz a mortalidade de recém nascidos.	Melhoria nutricional e segurança alimentar reduz a susceptibilidade à doenças. Recursos de água bem geridos ajudam as populações pobres a ter uma vida decente e reduz a sua vulnerabilidade à choques, o que em contra partida lhes dá condições de vida mais seguras e oportunidades de cuidarem de seus filhos. Malária é a causa de mortes entre crianças, e uma melhor gestão da água reduz o habitat para o mosquito causador da malária.
Mortalidade Materna Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.	Fontes acessíveis de água reduzem o peso da tarefa de buscar água e problemas de saúde resultantes do transporte inadequado da água, reduzindo os riscos da mortalidade materna. Melhoria nutricional e da saúde reduz a susceptibilidade da anemia e outras condições que contribuem para a mortalidade maternal.	Melhoria nutricional e segurança alimentar reduz a susceptibilidade à doenças que podem complicar a gravidez. Malária é particularmente perigosa para as mulheres grávidas e uma melhor gestão da água reduz o habitat para o mosquito causador da malária.
Doenças Graves Até 2015, ter detido e começar a reverter: A propagação do HIV e SIDA. O flagelo da malária. O flagelo de outras doenças graves que afectam a humanidade.	Água apropriada para o consumo e saneamento básico ajuda a prevenir doenças relacionadas com a água, incluindo diarreias, schistosomiasis, filárias e tracoma. Melhoria no fornecimento de água reduz a morbilidade de diarreias em 21%, melhoria no saneamento reduz a diarreia em 37.5%, enquanto que a limpeza reduz os casos de diarreia em 35%.	Melhoria da gestão da água (e da água estagnada) em instalações humanas reduz a transmissão de doenças ligadas a reprodução de mosquitos tais como, a malária e febre dengue. Melhoria na saúde reduz a susceptibilidade para severidade do HIV/SIDA e outras doenças críticas.
Sustentabilidade ambiental Parar a exploração insustentável de recursos naturais e reduzir para metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a água potável e facilidades sanitárias	Tratamento adequado dos efluentes e da água estagnada contribui em menor pressão sobre as fontes de água para consumo	A melhoria na gestão da água, incluindo o controlo da poluição e conservação da água, é factor chave na manutenção da integridade do ecossistema. Gestão integrada entre bacias fluviais permite abordagens que preservam a saúde do ecossistema.
Moradores de bairros pobres Melhorar as condições de vida de 100 milhões de moradores de bairros pobres.	Acesso Inadequado à água apropriada para consumo e inadequado acesso ao saneamento e outras infraestruturas são duas das centrais características definidoras de bairros pobres	As instalações de bairros pobres são normalmente construídas em lugares vulneráveis a calamidades relacionadas com a água.

Fonte: UN Millennium Project Task Force on Water and Sanitation (2005) Final Report, Abridged Edition, *Health, Dignity and Development: What Will it Take? Achieving the Millennium Development Goals*, United Nations Millennium Project, New York



O Zambeze oferece esperanças para que se evite a escassez de energia na África Austral

por Eglene Tauya

A África Austral poderá fracassar em responder a sua demanda de energia em 2007 se nenhum investimento significativo na geração de energia for feito.

A decrescente fonte de energia deve-se à elevada demanda que vem crescendo em três por cento por ano desde e durante a década passada.

O acesso à eletricidade é uma componente essencial na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida, questão central em muitos países em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

Em resposta à antecipada falta de energia, investimentos chave no sector de energia estão em mão. Estes investimentos incluem aqueles apoiados pela Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) tais como a proposta estação de energia da hidroelétrica de M'panda Uncua a ser construída no rio Zambeze há 60 quilómetros a jusante da barragem de Cahora Bassa em Moçambique.

Com a crescente demanda pela eletricidade, Moçambique acredita que o projecto de M'panda Uncua será essencial para que o país satisfaça as suas necessidades e exporte aos países vizinhos. Actualmente Moçambique exporta eletricidade para a África do Sul e o Zimbábue.

Espera-se que o projecto da hidroelétrica de M'panda Uncua gere 2.000 megawatts (MW), e a construção esteja ajustada para começar e concluir-se em 2010. O projecto de M'panda Uncua segue a reabilitação da interligação da eletricidade da barragem de Cahora Bassa com a África do Sul, onde cerca de 2.000 postes que foram danificados durante a guerra civil tiveram que ser substituídos.

A gestão da hidroelétrica de Cahora Bassa está em 82 por cento na posse de Portugal embora a transferência da posse para Moçambique tenha sido recentemente acordada.

Em adição ao projecto M'panda Uncua, a bacia do Zambeze tem o potencial para gerar 11.000 MW adicionais em outros locais. Estes incluem o Itezhi-Tezhi e o baixo Kafue na Zâmbia, e o desfiladeiro de Batoka.

Enfrentados com o desafio de uma possível falta de energia em aproximadamente dois anos, mais de 300 delegados da África Austral, entre eles ministros da energia, hidrologistas e investidores, reuniram-se em Windhoek em Setembro de 2005 na conferência regional de investimento na eletricidade da SADC.

A conferência anotou que a sobrevivência do sector de energia

depende extremamente das parcerias público-privadas do sector, um sentimento apoiado pelo Primeiro Ministro da Namíbia, Nahas Angula, que, no seu discurso de abertura oficial, salientou a necessidade de apoiar as iniciativas engrenadas em promover a integração regional tal como o Projecto Ocidental do Corredor de Energia (Westcor).

Westcor é um projecto da SADC concebido através de uma iniciativa conjunta do secretariado da SADC e as utilidades de energia de Angola, Botswana, República Democrática do Congo (RDC), Namíbia e África do sul. O objectivo do projecto é aproveitar os grandes recursos da água do rio Congo em Inga.

O projecto de energia da Westcor fornecerá a eletricidade aos países participantes e outros Estados membro da SADC através do grupo de energia da África Austral (SAPP).

O projecto do grande Inga, um dos principais projectos da Westcor, tem o potencial para gerar 40.000 MW, que é duas vezes o potencial de geração da famosa barragem dos três desfiladeiros na China. O projecto permitirá a região contribuir para as necessidades de eletricidade do resto de África, com um excedente para alguns mercados europeus.

O projecto de Westcor é um dos projectos chave sob a NEPAD, e é estimado em US\$7,000 milhões. As companhias participantes de

utilidade que incluem a Corporação de Energia do Botswana (BPC), Empresa Nacional de Electricidade de Angola, NamPower da Namíbia, Eskom da África do Sul, e Sociedade Nacional de Electricidade da RDC (SNEL) concordaram contribuir fundos para as operações dos escritórios da Westcor.

Num discurso lido em seu nome pela actual directora Chefe Margaret Nyirenda na assinatura do acordo dos accionistas em Gaborone a 7 de Setembro, o Dr. Tomaz Augusto Salomão, Secretário executivo da SADC, disse que a contribuição inicial é uma clara demonstração do compromisso ao projecto e consequentemente a sua sustentabilidade está assegurada. A assinatura conduzirá a criação de uma companhia com capitais mistos.

É o desejo da SADC que a longo prazo a sociedade de Westcor seja aberta para incluir outros membros do SAPP, incluindo as companhias de utilidade dos restantes Estados ribeirinhos da bacia do rio Zambeze.

Estes são a comissão do fornecimento de eletricidade do Malawi, Electricidade de Moçambique, Companhia de fornecimento eléctrico da Tanzânia, Corporação de fornecimento de electricidade da Zâmbia e autoridade do fornecimento de electricidade do Zimbábue. □

Moçambique recupera Cahora Bassa

Moçambique concluiu um acordo com a sua ex-colónia, Portugal, visando recuperar a gigante barragem de Cahora Bassa e garantir independência económica bem como o controlo de uma das fontes principais de electricidade na África Austral.

Moçambique estará, no final do presente ano, a cargo de um projecto situado em seu solo mas sobre o qual, durante 30 anos passados não tinha controlo, devido às obrigações contractuais com Portugal.

O novo arranjo dá a Moçambique 85 por cento do projecto hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) enquanto que Portugal reterá somente 15 por cento. A HCB tem capacidade para produzir 2.000 megawatts de electricidade e é um dos principais fornecedores de energia ao grupo de energia da África Austral (SAPP).

Esta conquista por parte de Moçambique é uma vitória contra o último símbolo da dominação colonial portuguesa no país. A Primeira Ministra, Luísa Diogo, afirmou que "este é o começo de uma nova revolução e que os Moçambicanos devem certificar-se de que a quantia acordada seja paga a tempo."

Até ao momento, Portugal possuiu 82 por cento do projecto da HCB. Moçambique necessitará pagar US\$950 milhões ao governo português como compensação pela reconstrução e manutenção da barragem no período pós Guerra civil.

A transferência da posse do projecto da HCB e a sua expansão antecipada devem ser vistas como boas notícias para o sector de energia da SADC que mostrou receios de a região poder passar por uma crise de capacidade de gerar electricidade em 2007, a não ser que novos projectos de vulto sejam implementados.

A África do Sul e o Zimbábue importam eletricidade da HCB. A demanda pela eletricidade é elevada em Moçambique, com alguns projectos vitais postos em lista de espera devido à falta de energia. Este é o caso da segunda expansão da Mozal, uma fábrica de alumínio com classe mundial situada no corredor de desenvolvimento de Maputo que liga África do Sul, Moçambique e Suazilândia. □



Regando as propinas escolares em Salima, Malawi

por Leonissah Munjoma

Para todos pais, um dos pontos de conversa quando se encontram com outros pais companheiros, é o das propinas escolares para os seus filhos. Para aqueles com baixa renda, particularmente vivendo nas áreas rurais, a preocupação principal é como ter recursos para pagar as propinas, de modo a assegurar a educação dos seus filhos.

Para Martha Steven, de pouco mais de 30 anos de idade e mãe de três crianças, a preocupação sobre as propinas escolares desvaneceram rapidamente em seu passado, graças à Sociedade Cooperativa de Irrigação Agrícola de Ngolowindo situada à cerca de 100 Km a leste da capital do Malawi, Lilongwe, perto de Salima ao longo do lago Malawi.

Usando a água do lago através de uma das técnicas mais simples da irrigação, a Sociedade Cooperativa é um exemplo do que deve ser feito se o objetivo da erradicação da pobreza pelo ano 2015 estiver para ser alcançado na bacia do rio Zambeze e além.

As 140 cooperativas membro transformaram as vidas das pessoas através do uso eficiente da água do lago Malawi. Lago Malawi, o terceiro maior lago de África com água limpa, depois dos lagos Victória e Tanganyika, encontra-se na bacia do rio Zambeze e cobre 28 000 Km². A Sociedade Cooperativa de Irrigação Agrícola de Ngolowindo é uma de muitas iniciativas ao nível da comunidade na bacia do rio Zambeze enquanto o conceito de gestão integrada dos recursos hídricos (IWRM) continua a ganhar ímpeto.

“A cooperativa trabalhou bem para mim e transformou a minha vida. Eu me preocupava com as propinas escolares para as minhas crianças, com a alimentação, roupa para a família e trabalhava sozinha nos campos e tinha uma estaca e uma casa de lama. Isso está tudo no passado agora,” afirmou com orgulho sobre as suas conquistas.

Sua colega, Felesita Malangiza, com mais de 40 anos de idade e mãe de cinco crianças concordou com ela. Tem sido um membro activo da sociedade por mais de 10 anos desde que se juntou em 1992.

“não tem sido fácil. Tem sido uma estrada longa e dura, mas as recompensas valem a pena,” disse adicionando, “com o meu marido que trabalha na cidade, eu posso apoiar a família aqui.”

Steven, o vice-presidente do comité de *marketing* da sociedade disse que tudo começou após conversações entre os oficiais do governo do Malawi do departamento da água, as autoridades locais, os líderes tradicionais e os membros da comunidade.

“Nós começamos por limpar a terra com o povo e aqueles que trabalharam árduamente tornaram-se membros. “Você sabe como é, alguns querem as coisas fáceis e outros estão preparadas para trabalhar até ao fim,” disse Malangiza, também membro do comité de *marketing*.

Cada membro foi alocado uma parte da terra com 17 hectares. Embora haja mais membros mulheres, também existem homens.

A União Europeia (UE) tem financiado a cooperativa. Este financiamento é previsto cessar em dezembro de 2005, tempo ajustado para que o projecto seja auto-sustentável.

Após a safra, os membros da cooperativa levam a colheita para um lugar apropriado onde é pesada e fixa-se o preço. Estes são emitidos com um comprovante e são pagos quando a colheita é vendida. Esta forma de *marketing* minimizou os conflitos que os membros tinham antes de estabelecerem a cooperativa.

“Nós melhoramos as nossas técnicas de *marketing* para evitar armazenamento avultado. Nós usamos uma abordagem flexível de produção. As pessoas são limitadas em termos do tamanho do campo e da quantidade a produzir de modo a permitir que todos possam vender suas colheitas. Nós aprendemos também a classificar os vegetais,” afirma Steven.

Não é tudo um mar de rosas na cooperativa porque a situação económica faz com que mais e mais pessoas estabeleçam projectos de geração de rendas. Steven indicou que o principal desafio deles é alcançar grandes mercados, particularmente cadeias de supermercados e instituições de formação.

Eles ganharam ofertas com grandes grupos de supermercados e instituições de formação mas o obstáculo tem sido que às vezes são pedidos para fornecer durante o ano inteiro enquanto somente são capazes de fornecer de acordo com as épocas.

Um grupo de visitantes dos Estados da bacia do rio Zambeze que estiveram na baía de Sango para atender ao Projecto do Plano de

Accção do Zambeze 6, fase II (ZACPRO 6.2) Comité Piloto do projecto (PSC) que se reúne em meados de Outubro, pôde não ajudar a recomendar a cooperativa. “Isto é impressionante. Eles são organizados e usam o método mais simples de irrigação, e funciona,” afirmou o Dr. Mike Tumbare, Chefe Executivo Autoridade do rio Zambeze (ZRA).

A sua organização facilitará brevemente uma visita de intercâmbio à cooperativa para o povo da província do sul da Zâmbia “possa vir, ver e aprender com a esperança de ter tal esquema”.

O vice director do departamento de Questões da Água do Botswana, Othusitse Katai ecoou os sentimentos de Tumbare dizendo que o sistema de irrigação usado era simples e podia facilmente ser usado em outras partes. Anotou que este poderia, entretanto, ser limitado a um determinado tamanho de terra. □



Tecnologias de irrigação de baixo custo irão acelerar os esforços para a redução da pobreza através da geração de renda.

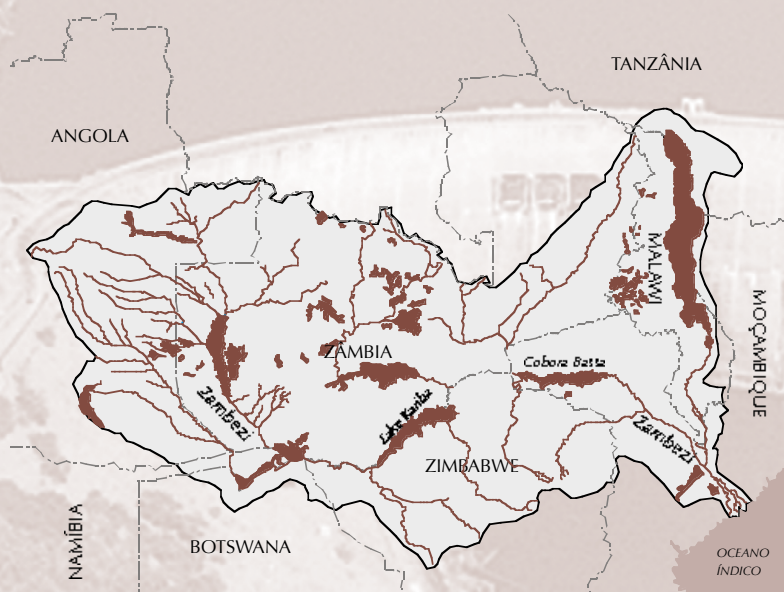
UM OLHAR SOBRE O ZAMBEZE

O Rio Zambeze

- Nasce no Planalto Africano Central nas Colinas de Kalene no noroeste da Zâmbia e corre através de oito países situando-se o seu delta em Moçambique e no Oceano Índico.
- Irriga uma área de mais de 1.4 milhão de km quadrados, cobrindo áreas de Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.
- Alimenta as Cascatas de Victória, popularmente identificadas como uma das sete maravilhas naturais do mundo, bem como as barragens hidroelectricas de kariba e Cahora Bassa e as suas albufeiras.

A Bacia do Zambeze

- ✦ É a mais partilhada na África Austral e a terceira mais larga em África depois do Congo e do Nilo.
- ✦ Cobre cerca de 25 por cento do total da área geográfica dos oito países ribeirinhos, numa área estimada em 5.6 milhões de km quadrados.
- ✦ É o lar para mais de 40 milhões de pessoas da SADC sobre uma população total de mais de 200 milhões de pessoas.
- ✦ Acolhe áreas urbanas como Luena em Angola, Kasane no Botswana, Tete em Moçambique, Katima Mulilo na Namíbia e Mbeya na Tanzânia, quase que todos os centros urbanos na Zâmbia, incluindo a capital, Lusaka, todos os centros urbanos no Malawi, a maior parte no Zimbabwe, incluindo Harare.
- ✦ Contém o Lago Malawi/Nyasa/Niassa cobrindo 28.000 km quadrados, o terceiro maior lago de água doce em África depois dos Lagos Victoria e Tanganyika e é o terceiro maior do mundo em termos de profundidade.



Esta edição do *O Zambeze* foi apoiada pelo
Programa 6 de Acção do Zambeze Fase II (ZAPCRO 6.2)



IUCN
The World Conservation Union

SARDC
Southern African Research
and Documentation Centre

 **Sida**